

Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 98ª REUNIÃO

Data: 10 e 11 de outubro de 2017.

Local: Sede da Confederação Nacional das Indústrias – Edifício Roberto Simonsen – SBN, Quadra 5, Bloco C, salas 1 e 2 – 11º Andar.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Fazenda: João Alberto Tavares Evangelista (joao.evangelista@fazenda.gov.br)
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silvério da Silva (jose.silverio@agricultura.gov.br)
3. Ministério do Meio Ambiente: SRHQ: Geraldo Sandoval Góes (geraldgoes@mma.gov.br)
4. Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Mota Amorim (marco.amorim@ana.gov.br)
5. Ministério de Minas e Energia: Renato Dalla Lana (renato@mme.gov.br)
6. CERH MG/ES: CERH-MG: Felipe Silva Marcondes (felipe.marcondes@meioambiente.mg.gov.br)
7. CERH RJ/SP: CERHI – RJ: Lívia Soalheiro (liviasoalheiro@gmail.com)
8. CERH PB/BA: CERH – BA: Monica Portella Lima (monica.lima@inema.ba.gov.br)
9. Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br)
10. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – CEDAE: Mayná Coutinho Morais (maynacm@cedae.com.br)
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica – ABRAGE: Mônica Irion Almeida (monica.irion@copel.com)
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
13. Indústria – FIESP: Alexandre Luis Almeida Vilella – FIESP (alexandre.vilella@fiesp.com.br)
14. Comitês de Bacias Hidrográficas – Ausente
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - Consórcio PCJ: Paulo Tinel (operacao.agua@sanasa.com.br)
16. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo dos Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)
17. Organizações Não-Governamentais - FONASC-CBH: João Clímaco S. Mendonça Filho (fonasc.cnrh@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

1. Walter Farias Junior (wfarias2006@hotmail.com)
2. Luiz Roberto Porto Farias (lrpfarias@uol.com.br)
3. Anivaldo de Miranda Pinto (presidencia@cbhsaofrancisco.org.br)
4. José Loyo Arcoverde Junior (josearcverde@hotmail.com)
5. Alberto Simon Schuartzman (ditec@agbpeixevivo.org.br)
6. Cristiano Cásio Guimarães Pereira (cristiano.pereira@ana.gov.br)
7. Gabriela do R. Borges (gabrielarborges@gmail.com)
8. Ney Murtha (murtha@ana.gov.br)
9. Deivid Lucas de Oliveira (deivid.oliveira@fiemg.com.br)
10. Ana Paula de Bicalho Mello (ana.mello@faemg.org.br)
11. José Cisino Menezes Lopes (cisino@aiba.org.br)
12. Camila Azevedo de Souza (camila.souza@light.com.br)
13. Adson Roberto Ribeiro (adsonrr@hotmail.com)
14. Paulo Sales (ge@dinc.org.br)
15. Sahel Cayres (sahelcayres@hotmail.com)
16. Anna Priscila Camargo Dias (gerenciaexecutiva@dij2.com.br)
17. Jefferson Milton Marinho (jefferson.marinho@fazenda.gov.br)
18. Antonio Costa Lima Junior (juridico@aesbe.org.br)

19. Bruno Franco de Souza (brunofs@ssrh.sp.gov.br)
20. Priscilla Atalla Maulo (priatalla@gmail.com)
21. Gesmar Rosa dos Santos (gesmar.santos@ipea.gov.br)
22. Nadia Lopes (nadia.lopes@patri.com.br)
23. Giordano Bruno Bomtempo (giordanobruno@ana.gov.br)

RELATORIA: Liliana Pimentel (SRHU/MMA) – liliana.pimentel@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: nos dias 10 e 11 de outubro de 2017, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizou sua 98ª (nonagésima oitava) reunião, em Brasília, convocada há 20 dias, sob a presidência da Srta. Livia Soalheiro (CERHI-RJ), tendo como relatora a Sra. Liliana Pimentel na (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH, e discutiu: Item 1 – Abertura e Informes Gerais: após o questionamento da Presidente, não havendo informes procedeu-se ao item seguinte Item 2 – Aprovação da minuta da Ata da 97ª reunião da CTCOB: foram apontadas as cuidadosas contribuições realizadas pela Sra. Monica (Abrage) e Sr. Marco Amorim (ANA), além de apontadas as considerações da Presidente, Srta. Livia Soalheiro (CERH-RJ) e do Sr. Helio Sulleiman (CBHs), apontou-se a inclusão de informações sugerida pela ANA que foi lida e se referia à menção do posicionamento daquela agência já externada anteriormente e ratificada pela própria CTCOB em sua Nota Técnica CTCOB 01/2012 e que definia o período de quatro anos para a consulta de prioridades da aplicação de recursos da CFURH, concomitante com o período de consultas do PNRH, sugerindo a prorrogação da Resolução CNRH n.181 para o período até 2020. Estando todos de acordo e não havendo novas contribuições, a ata foi aprovada por unanimidade. O representante do CERH-MG solicitou a correção para que seja realizada a correção referente à assinatura em campo incorreto na lista de presença da reunião anterior registrando-se assim erroneamente uma presença. A relatoria informou que a revisão será providenciada no endereço eletrônico. Item 3 - Escolha dos Representantes da CTCOB no GT conjunto que analisa a solicitação do DNOCS sobre o recebimento de valores referentes à cobrança pelo uso da água nas estruturas mantidas pela Autarquia. Informou-se a criação de um GT conjunto entre a CTIL e CTCOB para dar continuidade à discussão do tema, a Presidente então abriu a palavra para a manifestação dos interessados em compor esse grupo de trabalho. O Sr. João Clímaco (Fonasc) manifestou interesse na participação para a composição do grupo por meio de uma entidade do Ceará. A Sra. Mônica I. Almeida (Abrage/Copel) também se disponibiliza a integrar o grupo de trabalho. O Sr. Marco Amorim (ANA) informou que há um acordo de repasse da gestão desses reservatórios para a gestão estadual no âmbito do PISF, e que esses acordos vêm sendo tratados por aquela equipe podendo ser, portanto, oportuno aguardar o desenrolar dessa questão. O Sr. João Clímaco (Fonasc) pontua que o GT poderia, inclusive, ter acesso a essa documentação que registra os acordos e tratativas já realizados no âmbito do PISF. A Presidente da CTCOB, Srta. Livia Soalheiro, também se voluntaria para integrar o GT. Item 4 – Apresentações e Discussões sobre a Proposta da metodologia e valores de cobrança sugeridos pelo CBH-SF.: Após a rodada de apresentações dos presentes na sala naquele momento, teve início a rodada de apresentações programadas, a primeira apresentação foi realizada, por representante da Agência Peixe Vivo, o Sr. Alberto, a apresentação da metodologia proposta pelo CBH São Francisco. Primeiramente foi apresentada a metodologia de forma geral e posteriormente discutido o caso específico do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho. O Presidente da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do CBH São Francisco, Sr. Deivid, se propôs a explicar o processo de discussão até a definição da metodologia, após a sua apresentação. Foram mostradas as tabelas acessórias, anexas à Deliberação aprovada pelo CBHSF, e que buscam a medição da vazão efetivamente captada e a criação de coeficientes que agora, com valores diferenciado, estimulam as boas práticas na utilização de água, resgatando os três princípios que norteiam o instrumento da cobrança. Houve modificação também na cobrança do lançamento de efluentes tomando por base o montante de água necessária para

a diluição da carga lançada. Outro ponto foi a atualização do PPU em 20%, sendo essas discussões todas registradas em ata e disponíveis no endereço eletrônico do CBH. No caso do uso da água, ressaltou-se que os pedidos de outorga usualmente são superiores à utilização real em muitos casos, assim a diferença entre o volume outorgado e medido como efetivamente captado passa a influenciar os valores. Esses coeficientes todos, discriminados na fórmula proposta Um dos coeficientes mais polêmicos é o chamado K_{rural} que agora traz diferenciações para cada atividade e considera o índice de reutilização ou reuso. Também se busca a eficiência no saneamento. Explicitou-se que a fórmula leva em consideração a bonificação dos bons utilizadores por meio da adoção do $K_{\text{eficiência}}$ e não da penalização, e que essas propostas foram fruto das discussões havidas e do longo processo de negociação na CTCOC-CBHSF. Para as atividades de irrigação, considera-se a metodologia de irrigação, tipo de cultura, e outras variáveis. Ressaltou-se, no entanto, que havia uma grande defasagem nos preços praticados para a cobrança da água na bacia e que esse é um dos principais motivadores para a verificação de casos em que o usuário pode ter visto majorada em até oito vezes o valor da tarifa que paga hoje. No caso da agricultura de subsistência, o consumo de pequena escala sendo isento de outorga, é por consequência isento da cobrança. Foram apresentados a seguir exemplos hipotéticos com base em dados do banco público de informações sobre outorga, mantido pela ANA. Num dos exemplos demonstrou-se que o custo atual para cada hectare de café irrigado paga-se hoje cerca de R\$2,70/ano e com a aplicação da nova fórmula esse custo seria majorado em cerca de 200%. No caso da abóbora irrigada por aspersão convencional em Pirapora, hoje se paga cerca de R\$143,94/ano para uma área de 70ha e com a nova metodologia R\$580,00/ano; o que estimularia a adoção de boas práticas para o uso da água na bacia ou atividades como a recuperação de solo, entre outras. Para 25ha de uva irrigada em Petrolina num exemplo retirado do CNAR, hoje se paga R\$84,00/ano e que com a nova metodologia passaria esse valor a ser R\$227,77/ano caso seja um bom utilizador de água e cinco vezes mais caso não seja um bom utilizador de água. Foi apresentado também um exemplo para arroz irrigado, uma ampliação de 800% numa propriedade de 1000ha, equivalendo o novo preço a cerca de R\$31,00/ha/ano; considerado como um impacto suportável para o setor. Sobre o setor do saneamento, a cobrança usual é por quilo de DBO no lançamento, o que o comitê propõe é que a cobrança seja feita pelo volume tornado indisponível por ser necessário para a diluição desse efluente; buscando estimular a melhoria dos processos de tratamento que resultaria numa menor cobrança para essa finalidade. E por fim, mostrou-se a justificativa para a necessidade de ampliar a arrecadação em razão do planejamento já feito para os próximos anos, sendo uma das fontes a atualização dos PPUs. O representante cita o caso do Jaíba que pediu a revisão da sua outorga, reduzindo o volume solicitado e, portanto, permitindo uma maior disponibilidade de água para outros usuários, sendo essa uma forma inclusive de ajuste da alocação da água na bacia aos usos reais, evitando-se reserva de mercado e outras distorções. Foi apresentado também um exemplo específico para o Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC) utilizando dados públicos divulgados pelo próprio DINC, mostrando um aumento de 129% sobre os valores praticados hoje. Deu-se a conhecer também a existência de um simulador de cobrança online (Sicua 2.0) que mostra a variação entre os valores anteriormente captados e os valores propostos segundo a nova metodologia. O Sr. Deivid, que preside a câmara técnica que trata dos estudos e das discussões sobre a cobrança, e resgatou o histórico da revisão da metodologia que teve início em 2015, marcando que mesmo com a ampla discussão e a realização de estudos pormenorizados, nem sempre é possível alcançar o consenso. O Presidente do CBHSF se manifestou e expôs claramente as ações e princípios que norteiam os comitês, identificando ainda as dificuldades que vêm sendo enfrentadas em diversos pontos da bacia, ressaltando principalmente o setor da pesca na região do baixo São Francisco. Problemas como a intrusão salina e a degradação ambiental devem ser revertidas e pontua ainda que a atualização dos preços está calcada nas obrigações precípua do Comitê, discorrendo sobre diversos tópicos relacionados ao funcionamento e atividades daquele colegiado. Esgotado em muito o tempo concedido ao CBHSF a Presidente solicitou que a fala fosse encerrada para dar oportunidade de

manifestação aos demais solicitantes. Passou-se a palavra aos irrigantes, para que fosse feita a apresentação dos Distritos de Irrigação. O Sr. Paulo Sales, do DINC, mencionou que haveria também uma fala do Distrito de irrigação do Torão. A representação dos irrigantes ressalta que há a compreensão e o apoio do setor para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e menciona algumas discordâncias nas formas de representação de forma que a agricultura irrigada se sinta efetivamente representada. Menciona ainda a dificuldade enfrentada pelos cidadãos da bacia do Rio São Francisco para diversos setores como a navegação, por exemplo. A apresentação teve início com a manifestação de representantes de vários perímetros públicos de irrigação sobre o processo de consulta, menciona que o aumento proposto supera em muito a expectativa dos irrigantes. Falou-se também que a correção da defasagem não necessariamente deve ocorrer na mesma proporção para a bacia e que há diversos setores além da irrigação que poderiam ser prejudicados. O reajuste aplicado de uma única vez e não paulatinamente também foram criticados. Lembrou-se também que os perímetros de irrigação já pagam percentual de amortização do projeto e mais custos fixos. Solicitam também informações sobre a aplicação do incremento de caixa e qual o percentual a ser revertido para o setor da irrigação, como por exemplo, incentivos para investimentos em melhorias nos sistemas de irrigação. O Sr. Valter Farias, gerente executivo do Projeto de Irrigação Torão apresentou a simulação feita sobre valores unitários explicitando que hoje o pagamento num dado perímetro é da ordem de R\$0,65/1000m³ de água outorgada para Classe II; comparando-o com gotejamento pela nova metodologia o valor sobe para R\$2,35/1000m³, para sulco fechado R\$4,37/1000m³ e o aumento chega a 800% para sulco aberto. Foram feitas algumas considerações sobre as diferenças e apontadas o que os irrigantes consideram distorções da metodologia proposta pelo comitê. Critica-se ainda a impossibilidade de que propriedades que usam sistemas diferentes de irrigação e muitas vezes cultivos diferenciados abarcados pela mesma outorga, solicitando que a cobrança permitisse essa estratificação. Os irrigantes reforçam que buscam o consenso e uma melhor compreensão da metodologia proposta. Após as apresentações foi aberta a palavra para a manifestação. O sr. Renato (MME) pontua que é notório o conhecimento de que os valores iniciais da cobrança no CBHSF foram feitas de forma quase simbólica com valores irrisórios e relembra que as discussões a respeito da metodologia foram amplas e coloca a eventual necessidade de que seja contemplada no futuro a sazonalidade dos cursos d'água como forma de aprimorar as metodologias de cobrança ajustando-as à realidade dos rios. O Sr. Jaildo (OTEP) inicia com uma homenagem ao setor de agronegócio que lida com muitas variáveis fora de sua governança além dos desafios compartilhados por diversos setores. Lembra do início dos estudos de cobrança em outras bacias dos quais participou tanto no Ceará como no Rio Paraíba do Sul que gerou essa estratégia de que se iniciasse com valores irrisórios de cobrança, buscando ainda a aceitação do instrumento por parte dos usuários. Fala também que muitas vezes a tentativa de proteger os setores ou parcelas mais carentes da sociedade, de forma perversa acaba-se penalizando exatamente esses mesmos setores mais vulneráveis. O sr. Jaildo ressalta que não há evidências de que o setor da irrigação seja o que mais contribui para a arrecadação e que seria importante esclarecer o quanto os reajustes impactam as atividades de produção do setor, o que não se evidencia nas apresentações. Pontua que não observou qualquer irregularidade aparente no processo conduzido pelo comitê não enxergando motivação para que haja o bloqueio da proposta feita pelo comitê no âmbito da CTCOB. O Sr. Gustavo Goretti (CNA) menciona que em grande parte os problemas hídricos enfrentados pelo Brasil hoje podem estar relacionados às imposições ambientais, menciona que os questionamentos se referem à metodologia de cobrança e não à cobrança para o setor, pontuou ainda que a previsão de aplicação parece estar voltada para o Saneamento, que amplia a qualidade, mas é de obrigação governamental e não do comitê investir em saneamento. O Sr. João Clímaco (Fonasc) manifesta que é importante relembra a dimensão ecológica do rio e quantificar melhor a vazão ecológica, bem como também fortalecer a participação dos setores no âmbito dos comitês. O Sr. Adson Ribeiro (irrigante de MG e representante dos irrigantes no CBHSF) coloca que os estudos demonstram que há um benefício para aqueles que buscam

as boas práticas na gestão das águas para irrigação. Coloca a estimativa de perda do setor na sua região em torno de 240 milhões de reais em razão das restrições hídricas, e reforça a necessidade de que haja ajuste na metodologia. O Sr. Adson explicitou que a maior dificuldade do setor de irrigação é a impossibilidade de repasse dos custos de produção como ocorre para a indústria ou mesmo a geração de energia ou saneamento, o que resulta numa maior penalização do setor agropecuário. O Senhor José Cisino (representante dos irrigantes no CBHSF) coloca que foi contra o reajuste da forma proposta e que os valores são na verdade muito maiores quando considerada a realidade do campo. A Sra. Ana Paula (representante dos irrigantes no CBHSF) ressalta que pode ser que não se chegue à melhor proposta para todos os setores, mas que seja ao menos mais justa para todos e que as falas gerais reforçam a necessidade de ajustes na metodologia. E que acredita estar a discussão já bem próxima de um ponto mais aceitável para todos como a consideração da aplicação paulatina dos reajustes ou de algum trabalho sobre determinados índices da metodologia. O Sr. Felipe (Igam) faz algumas recomendações técnicas e menciona a ausência de especificação de alguns coeficientes para o setor saneamento nos casos em que o usuário não se encontra no Sistema nacional de Informação sobre o Saneamento SNIS, é preciso especificar o significado de alguns coeficientes do lançamento e verificar a redação de algumas fórmulas. O Sr. Alberto (Agência de Bacia Peixe Vivo) coloca que a especificação da estratificação dos usos deve ser feita na outorga e não na cobrança, o que seria feito pela ANA. Aponta que o setor mais penalizado foi na verdade o saneamento, segundo o estudo; mas concorda que o setor tem condições de repassar esses custos ao usuário, o que não ocorre tão facilmente para o setor agrícola. Ressalta que o grande pagador, na verdade, é a própria Transposição. Reforça que houve um processo participativo e que a metodologia, embora possa requerer ajustes, é um instrumento que reflete o processo ocorrido no âmbito do documento e que precisa ser aplicada com certa urgência. O Sr. Paulo (DINC) coloca a dificuldade de se obter certos dados para que a estratificação dos usos da água possa ser correta e que o preço a ser pago reflita a realidade nos Perímetros de Irrigação e externa a sua visão sobre a necessidade de que estudos sobre barramentos no rio devam ser melhor divulgados ou realizados, evitando-se a resolução de problemas por meio da sobretaxação de serviços. O Sr. Wilson (Turismo e Pesca) externa a sua preocupação sobre a incapacidade da fórmula apresentada de resolver os problemas que hoje se apresentam na bacia do rio São Francisco, mencionando que gostaria de ver apresentada a relação entre o aumento proposto e as ações programadas para a bacia. O Sr. José Loyo (DINC) apresenta a pergunta sobre as motivações e destinações do aumento proposto, lembrando que dentro dos perímetros os usos da água captada também são múltiplos, incluindo abastecimento. Menciona também a importância de melhoria na gestão do sistema hídrico, incluindo-se os reservatórios reguladores. O Presidente do CBHSF, lembra que a aprovação da metodologia foi uma decisão plenária e que só pode ser modificada no âmbito do próprio comitê e que a metodologia apresentada é aquela encaminhada pelo CBH ao CNRH, sendo, portanto, essa a ser avaliada segundo os regramentos adotados pelo Singreh e respeitando os princípios da Lei gestão participativa, compartilhada e descentralizada, lembrando que o espaço para a melhor interação entre os diversos setores é o colegiado. Versa ainda sobre outras questões inerentes às ações do CBHSF e dá a conhecer que todas as informações são prestadas no sítio eletrônico do colegiado. O encaminhamento dado ao assunto pela Presidente foi aguardar a Nota Técnica da Agência Nacional de Águas, sendo informado pelo Sr. Marco (ANA) que a aprovação da Nota Técnica também depende da diretoria da Agência. Após algumas outras manifestações, foi feito o encaminhamento do assunto, iniciando pela fala do Sr. Alexandre (Indústrias) com a proposta de que as discussões sobre a metodologia da cobrança fossem retomadas na próxima reunião, após o recebimento dos documentos ainda em produção. Mencionando a previsão de que a próxima reunião seja junto ao ENCOB, a Presidente passou para o ponto seguinte da pauta, sendo unânime a decisão de retomar o tema posteriormente com a definição de data na discussão do item 9. [Item 5 – Comentários e contribuições sobre os Indicadores de Acompanhamento das Prioridades do PNRH a cargo da CTCOB feitos ao documento encaminhado pelo DRH/MMA.](#) Relembrou-se a

apresentação das metas do PNRH realizada na reunião anterior, pela Coordenadora do Plano. Com a informação da realização de uma oficina para a discussão e ajuste das metas, voltada aos presidentes das diversas Câmaras Técnicas e outros responsáveis pelo cumprimento das metas aprovadas pelo CNRH, a ser realizada em 24 de outubro, esclareceu-se a necessidade de coletar as considerações dos membros da CTCOB sobre as metas à cargo da câmara. O Sr. Alexandre (Indústrias), externou as suas considerações sobre as metas intermediárias, propostas no produto apresentado pelo consultor que elaborou os quadros de acompanhamento, que podem apresentar um descompasso já que não há previsibilidade sobre os encaminhamentos a serem definidos no âmbito da CTCOB e cujo encadeamento de ações pode não se coadunar com a proposta apresentada, em especial no que se refere às metas e prazos intermediários. O Sr. Felipe (Igam) menciona as metas 54 e 55 destacando que a realização de oficinas previstas nas duas metas deveria ser realizada de forma concomitante. O Sr. Geraldo (MMA) ressalta que os ajustes dos prazos e das metas intermediárias são exatamente os alvos das oficinas. A relatoria esclarece que mesmo as metas finais e prazos finais também podem ser alvo de alterações desde que acompanhados de fortes justificativas. O Sr. Alexandre (Indústrias) reforça que a discussão dos temas é essencial até mesmo para a proposta de alterações ou mesmo elaboração de justificativas, assim as proposições poderiam surgir a partir das próprias discussões na CTCOB. O Sr. Marco (ANA) relembra a realização de um seminário anterior sobre temas afetos às metas 48 e 50 e que a realização de um próximo seminário, ainda em programação no âmbito da CTCOB, deverá elucidar e influenciar a própria discussão das metas. O Sr. Wilson (Turismo e Pesca) corrobora as falas anteriores sobre a dificuldade de que a CTCOB se comprometa em definitivo com prazos intermediários e metas fechadas. A relatoria esclareceu então que as propostas apresentadas pelo consultor compõem um caminho possível, mas não engessado, e que os ajustes ou próximos passos para cada uma das metas devem ficar evidentes no próprio monitoramento do PNRH. Discutindo-se a meta 48, o Sr. Wilson (Turismo e Pesca) lembra que a criação de fundos reembolsáveis é uma demanda dos usuários e que a realização do seminário deve permitir esclarecer a natureza jurídica dos recursos da cobrança deve elucidar a questão. O Sr. Paulo Tinel (Consórcios) relata as dificuldades encontradas para o uso desses recursos em São Paulo, relacionadas à burocracia do financiamento e sua tramitação e não apenas os juros aplicados para a tomada de recursos. O Sr. Wilson (Turismo e Pesca) reforça que não se pode esquecer que os recursos da cobrança não devem se prestar a ganhos por parte do agente financeiro e que talvez a remoção do caráter público desses recursos pudesse facilitar a resolução dessa questão. O Sr. Geraldo (MMA) lembra os estudos já realizados pela CNI no passado. O Sr. Alexandre (Indústrias) deu notícias sobre estudos que vêm sendo conduzidos pelo setor sobre esses recursos e fala sobre a necessidade de que os planos de bacia sejam desenvolvidos com maior celeridade. A relatoria informa então que caso existam contribuições para subsidiar a participação da Presidente da CTCOB na oficina, receberá até o dia 20 as contribuições. A Sra. Mônica (Abrage/Copel) também externa a sua preocupação com o calendário de reuniões e a sua incompatibilidade com o calendário proposto para as metas. A Srta. Livia relembra o encaminhamento definido, com a reafirmação da data para o envio de contribuições à relatoria da CTCOB até o dia 20 de outubro. Item 6 – Desdobramentos após emissão do parecer CTCOB 05/2017 sobre o Projeto Legado - “Desafios e Propostas para a Gestão das Águas no Brasil” encaminhado ao CNRH e posicionamento dos membros da CTCOB sobre o documento da ANA.: Da mesma forma que o item anterior, foi informada a realização de uma oficina para o dia 30 de outubro, da qual participam os conselheiros e presidentes das Câmaras Técnicas, definindo para o dia 25 de outubro o recebimento de contribuições e comentários. A Presidente da CTCOB lembra que o posicionamento nesse caso não deve ser o setorial, mas guardando a relação com as atividades e atribuições da CTCOB. O Sr. João Clímaco (Fonasc) menciona que a despeito dos aspectos positivos trazidos pela proposição do Projeto Legado como documento, o seu encaminhamento não foi feito de acordo com as previsões regimentais que devem ser observadas por todos os entes do Singreh na tramitação das solicitações encaminhadas ao CNRH. O Sr. Alexandre

(Indústrias) sugere que se tente identificar pilares que sejam consensuais sobre o documento para embasar o posicionamento da CTCOB. A Srta. Livia lembrou também que não foram apresentados pela ANA à CTCOB pontos do documento que impactam a atuação da CTCOB, falando da dificuldade do posicionamento como CTCOB nesse momento. O Sr. Felipe (Igam/CERH-MG) menciona proposição trazida pelo legado e que está em discussão na CTCOB, sendo lembrada a fala da ANA na apresentação da reunião anterior sobre o caráter do documento de ser uma compilação de assuntos em debate no sistema além das proposições daquela agência. O Sr. Alexandre (Indústrias) lembra da falta de convergência entre os diferentes estudos em andamento, além do Legado, e em especial o caráter dinâmico do projeto que altera a versão dos documentos com grande velocidade, gerando inúmeras versões e dificultando o processo. A Sra. Monica (Abrage/Copel) também menciona a importância de que se discuta a forma de apresentação do resultado do Legado. O Sr. Marco (ANA) menciona que um grande evento no Simpósio da ABRH deve nortear a forma de apresentação do documento no Fórum Mundial. Sumarizados os pontos, prosseguiu-se para o próximo ponto de pauta. Não sendo possível adiantar o próximo ponto de pauta, passou-se ao item 8. Item 7 – Continuidade do debate sobre mecanismos de consulta de prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2019 e 2020, com base nas Resoluções CNRH 70/2007 e 97/2008, com discussão de documento base proposto pelo MMA.: Esse assunto foi discutido na manhã do dia 11 de outubro. A Presidente relembra o acordo da reunião anterior, segundo o qual a discussão se daria sobre o documento base a ser encaminhado pelo MMA. O Sr. Geraldo Góes (MMA) pede que conste em ata a sua fala sobre o tema mencionando a Resolução CNRH n.97, resgatando as informações sobre o processo de consulta que é feito bianualmente e que não tem se mostrado eficiente ao longo do tempo e que a proposta desde 2010, quando foi feita a consulta para as prioridades do PNRH é de que a aplicação dos recursos fosse por ela recepcionada. Mencionou também a periodicidade de dois anos para a revisão do plano e que o problema da cobrança seriam os anos em que não haveria consultas. Segundo o Sr. Geraldo (MMA) o posicionamento da SRHQ/MMA é de que as consultas sejam feitas a cada dois anos, mencionando a sua surpresa ao saber que faria a apresentação do tema, sugerindo discutir o tema. Questionado pela presidência sobre a apresentação do texto trazido como proposta do MMA, o Sr. Geraldo (MMA) afirma não reconhecê-lo como texto oficial da SRHQ/MMA, menciona não reconhecer o acordo realizado na última reunião e que deverá levar essa questão à Diretoria do DRH para averiguação. Seguiu-se um debate entre o representante do MMA e a Presidência da Câmara sobre manter ou não a discussão como ponto da pauta. O Sr. Geraldo (MMA) menciona que o acordo foi discutir o vazio legal deixado pela última revisão da Resolução CNRH n.70, a presidente da CTCOB confirma que esse foi o acordo e reitera que a solicitação e o encaminhamento foi de que o Ministério do Meio Ambiente apresentasse uma proposta, que foi encaminhada a todos e que naquele momento apenas a representação do MMA menciona que não foi trabalhado internamente antes da submissão à Câmara. O Sr. Geraldo solicita que conste em ata o seu esclarecimento sobre a sua colocação feita já na reunião anterior avocando o mandato que lhe foi dado como representante do MMA nessa Câmara, qual seja “ [...] a de que seria mantida a periodicidade de dois em dois anos e as prioridades da previsão do Plano seriam apenas recepcionadas nos planos de revisão do Plano, agora, como havia essa questão do vazio legal, que seria feita uma resolução apenas nesse sentido, apenas nesse sentido, a de que seria recepcionar. Por isso a Mirella veio aqui, ela apresentou, exatamente, eu não ia fazer essa apresentação, ontem que me pediram [...]” o Sr. Geraldo (MMA) finaliza propondo que se discutisse o documento. A presidência da Câmara replica que discutir o documento implicaria reconhecer que é uma proposta do MMA. O Sr. Geraldo volta a afirmar que ele como representante do MMA não reconhece esse documento como sendo a proposta institucional e de que ele vai averiguar porque a proposta saiu dessa forma. O Sr. Paulo Tinel (Consórcios) pontua que persiste a sensação da existência de uma divergência interna no MMA sobre a resolução e que o tempo poderia ser utilizado para discutir outras questões. O Sr. Jaido (Otep) solicita que a presidência da

CTCOB faça um breve histórico do assunto para que seja rememorado o histórico do assunto uma vez que há a questão do vazio legal. A Srta. Livia, que preside a Câmara, relembra que o assunto teve início com o trabalho da CTCOB numa proposta de resolução até 2020, sendo solicitado pelo CNRH que a proposta fosse até 2018, como já estava em andamento uma discussão sobre a forma de consulta, foi solicitado que o MMA apresentasse à CTCOB as formas de realização dessa consulta, dificuldades e ações exigidas da SRHQ, enquanto Secretaria Executiva. Assim, após as apresentações, ficou acordado que o MMA traria uma proposta de resolução que tratasse da consulta para os anos de 2019 e 2020 e também a forma de consulta. Dada a urgência da discussão do tema no âmbito da CTCOB em razão dos prazos a serem atendidos para o envio dessas informações à ANA, lembrando a necessidade de que o assunto ainda fosse tratado na CTIL e submetido ao CNRH. Após várias discussões, passou-se à leitura do documento, o Sr. Geraldo (MMA) reafirma que a posição da Secretaria é que a periodicidade seja mantida em dois anos. A Srta. Livia (CERH-RJ) relembra que a solicitação do plenário foi que se revisse as formas de consulta, o que pode ou não abarcar a periodicidade, a externa a sua preocupação com o não atendimento ao que foi demandado à CTCOB. O Sr. Geraldo (MMA) coloca que a revisão da Resolução CNRH n. 70 deve ainda ser discutida, segundo a sua reunião. O Sr. João Clímaco (Fonasc) menciona que está se incorrendo numa ilegalidade consciente e que a ação para a resolução da questão é urgente. Menciona que a sociedade civil vem realizando pressões para que o princípio fundamental da Lei, a descentralização e a participação na aplicação de recursos, seja obedecido. Afirma também que a Secretaria vem postergando essas ações e pede que se registre a postura do segmento de criticar a forma como essa questão vem sendo tratada mencionando a possibilidade de judicialização já que a Secretaria está passando dos limites na sua obediência ao princípio da legalidade. O Sr. Wilson Azevedo (Turismo e pesca) menciona não ver problema em que se realize a análise do documento disponível no âmbito da CTCOB, a quem compete a responsabilidade de fazer uma proposta para encaminhamento ao CNRH. O Sr. Jefferson (MP) corrobora a pertinência de que se avalie o documento, dada a urgência do tema. A presidência da CTCOB pergunta ao MMA sobre a deflagração do processo, prevista para o dia 20 de dezembro, de acordo com a Resolução CNRH n.70, ao que o Sr. Geraldo Góes (MMA) afirma que a decisão não é dele e que a discussão ainda não ocorreu dentro da Secretaria e daí o seu desconforto em poder dar essa resposta. Questionou-se também a razão da última resolução aprovada sobre o tema ainda não estar publicada. O Sr. Marco (MMA) lembrou que não houve a consulta para 2018 e que a própria CTCOB encaminhou ao plenário que para 2018 fossem adotadas as prioridades do PNRH e que para 2019 e 2020 haveria uma consulta, e que o Plenário decidiu que se retirasse 2020 do horizonte de consulta. Ele lembra ainda que a Resolução CNRH n.70 foi toda montada sobre o PNRH, e que as consultas tiveram início antes ainda da aprovação da primeira versão do PNRH, em 2006, e que a posição da ANA é de que as orientações sobre as prioridades emanadas do CNRH fossem dadas de forma única, o que hoje acontece de três formas, PPA, Prioridades do Plano e Prioridades de Aplicação. O Sr. Marco também resgata a importante informação sobre a Nota Técnica elaborada pela própria CTCOB no passado defendendo o alinhamento da periodicidade da consulta com as prioridades do Plano e o PPA, sugerindo quatro anos como posição da câmara. O Sr. Wilson (Turismo e pesca) corrobora o posicionamento de que o CNRH não vem cumprindo o seu papel quanto à aplicação dos recursos provenientes da cobrança. A presidência sumariza as duas propostas que se extrai da discussão até o momento: a consulta para os anos 2019 e 2020 com base na Resolução CNRH n. 70 e a outra a sua análise mais pormenorizada para o período posterior, já que para ter início em dezembro, não haveria tempo de se modificar os moldes atuais. O Sr. Wilson (Turismo e pesca) ressalta que a forma como é feita a consulta não resulta numa priorização adequada, o Sr. Geraldo (MMA) coloca que nesses dois anos não coincidentes com os planos poderia ser realizada a consulta regional. O Sr. Paulo Tinel (Consórcios) propõe que a SRHQ pudesse encaminhar uma proposta de como modificar a metodologia de consulta, o Sr. João Clímaco (Fonasc) propõe por sua vez que fosse criado um GT para tratar desse assunto uma vez que não vê muita vontade de se resolver a questão

e pede que toda a discussão seja registrada em ata para que não se postergue mais uma vez essa discussão como se verifica ao longo dos últimos anos. O Sr. Jaildo (Otep) relembra que esse tema já foi discutido várias vezes, e que a consulta anual resultava em níveis baixos de respostas por parte dos comitês e que a rotina de preparação do gasto dos recursos da cobrança requer mais que um ano e que já se comprovou que a resposta da consulta de aplicação dos recursos já se mostrou mais eficiente em prazos maiores e mais alinhados ao tempo de execução dos planos, mencionando que se deve ter cuidado para que não haja um retrocesso nos avanços já alcançados pela CTCOB quanto a essa questão. E, em réplica à fala do Sr. Wilson (Turismo e pesca) quanto à insatisfação relacionada ao caráter genérico da consulta, o Sr. Jaildo (Otep) lembra que é necessário manter uma correlação entre o orçamento da ANA e as prioridades de aplicação para permitir inclusive um melhor acompanhamento da CTCOB que monitora a aplicação dos recursos pela ANA. O Sr. João Clímaco (Fonasc) expressa a sua opinião quanto à falta de seriedade no trato com o assunto e menciona que irá se posicionar contrário ao trato dessa questão até 2020 com a postergação da sua resolução definitiva. O Sr. João Clímaco (Fonasc) propõe que se faça a consulta e se trabalhe num novo mecanismo durante o ano de 2018 para que a consulta de 2019 já pudesse ser feita em outros moldes. Seguiu-se à leitura dos termos da resolução. O Sr. João Clímaco (Fonasc) diz que a consulta deveria ser estendida amplamente aos Comitês Estaduais uma vez que os Conselhos Estaduais não repassam essas demandas aos comitês no nível local e que a tecnologia atual já permite essa consulta mais ampla. Foram discutidos os prazos constantes nas resoluções e no documento da proposta em discussão. Para o biênio 2019-2020 foi a proposta manter o encaminhamento do resultado da consulta à ANA até o dia 21 de abril. O Sr. Paulo Tinel (Consórcio) menciona que a partir de 2020 deve-se propor um cronograma de datas e que cabe à Secretaria propô-lo. Acordou-se que o Anexo para o biênio 2019-2020 não seria alterado nesse momento, o Sr. Wilson (Turismo e pesca) expressa novamente sua discordância com o caráter genérico do anexo e o Sr. João Clímaco (Fonasc) menciona que muito comitês poderiam ter problemas para conseguir que suas demandas se enquadrem ao anexo da resolução. As sugestões versam sobre a possibilidade de que se deixasse as consultas abertas. O Sr. Jaildo (Otep) relembra que historicamente sempre foram recebidas em pequeno número e que elas muito abertas não resultam numa melhor hierarquização das prioridades, lembrando que questões muito abertas e muito fechadas dificultam o recebimento de uma manifestação mais clara. E lembra ainda que talvez não seja o caso de se estender essas consultas aos Comitês de Rios Estaduais, o Sr. Geraldo lembra que o Conselho Estadual é que conduz essa consulta segundo a Resolução CNRH que trata do tema. O Sr. João Clímaco (Fonasc) ressalta que essa Resolução desvirtua os termos da Lei que não faz distinção entre o Comitê Federal e Estadual. A discussão prosseguiu tratando de diversos temas, revisitando os instrumentos legais mencionados na proposta de resolução e nas Resoluções CNRH anteriores a serem alteradas por elas. Esclareceu-se que os recursos a que se refere a discussão é aquele proveniente da contribuição do setor elétrico e não os recursos da cobrança de forma geral. Foi solicitado, pelo Fonasc, que o resultado da consulta seja tornado público durante todo o processo e não apenas ao final na forma da resolução. Após profunda análise das questões e instrumentos legais mencionados nas Resoluções CNRH 70, 97, 181 e 189, de forma a esclarecer e uniformizar o entendimento, o Sr. Jaildo (Otep) lembrou que quando a Lei 9.433/97 foi editada, a ANA ainda não havia sido criada e que para financiar o funcionamento daquela agência então, ampliou-se o percentual proveniente da contribuição do setor elétrico, gerando alguma confusão com o instrumento da cobrança efetivamente praticada pelos Comitês. O Sr. Geraldo lembra que os recursos da CFURH, segundo a Lei, compõem o orçamento da ANA e que o que está em discussão é a priorização na aplicação desses recursos e não a modificação do seu caráter orçamentário. O Sr. Jaildo (Otep) esclarece que sendo consenso que o recurso que se discute vem do setor elétrico, e que já houve avanços ao longo dos anos, inclusive mencionando que a ANA adotou ao longo do tempo as suas dotações orçamentárias de forma a facilitar o acompanhamento e que essa cobrança que se discute é, portanto, de caráter mais genérico. O Sr. Paulo (Consórcios) deu seu depoimento

sobre a forma que se faz no CBH-PCJ. O Sr. Wilson (Turismo e pesca) retoma o ponto de que há consenso sobre o período a que se refere a consulta em discussão e que, portanto, o que está em discussão é a extensão da consulta a ser feita aos entes do sistema sobre os recursos provenientes da geração de energia e que são destinados à ANA para aplicação no sistema. O Sr. Jaildo (Otep) sumariza que há duas teses em discussão quanto à abrangência da consulta, incluir ou não os comitês estaduais. O Sr. Geraldo (MMA) fez a sua manifestação quanto à competência da Câmara, expondo as suas razões para advogar pela manutenção da redação original, com periodicidade de dois anos e sem consulta aos CBHs estaduais. Passou-se à votação pela redação original ou nova redação da proposta de resolução com cinco votos a favor da redação original e sete pela nova redação com a abstenção do setor da indústria e também da ANA que justifica a sua posição por considerar que a área de planejamento já define as prioridades de forma bastante clara na Resolução CNRH n. 181. Passou-se à discussão da redação do parágrafo que menciona os prazos de entrega do resultado da consulta para a ANA, por parte da Secretaria executiva, definido como 15 de abril. Ficou definido também que as prioridades para a aplicação dos recursos que estão em discussão se referem às prioridades do Plano Nacional e não à uma consulta livre e aberta sobre prioridades de cada CBH. A Sra. Mônica (Abrage/Copel) nota que é preciso ajustar a redação de forma que a consulta não seja diferenciada para os Comitês Estaduais e Federais. Passou-se à votação sobre a retirada ou não do texto sugerido no parágrafo sétimo e lembrando que será trabalhada nova resolução que trate para o período posterior a 2020. A Sra. Mônica (Abrage/Copel) lembra ainda que se trata do 0,75% dos recursos da CFURH e não da totalidade da compensação. Finalizou-se a discussão com a proposta de Resolução finalizada a ser encaminhada à CTIL, com o texto elaborado coletivamente e que manteve o anexo da proposta original, decidindo-se pela hierarquização de cinco temas prioritárias e ampla consulta. [Item 8 – Debate sobre as sugestões e encaminhamentos do Seminário de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos](#): A Presidente da CTCOB propõe como encaminhamento trazer uma minuta de programação para a próxima reunião, estabelecendo o dia 30 de outubro para o recebimento pelos membros da CTCOB de uma proposta de programação preliminar, elaborada pela Secretaria e Presidência, com avaliação e comentários de retorno para o dia 16 de novembro, deixando em aberto a possibilidade de que contribuições ou sugestões sejam recebidas antes do dia 30. [Item 9 - Assuntos Gerais / Encerramento](#): Foi lembrada a possibilidade de realização da próxima reunião da CTCOB no Encob, o que exigiria a convocação da reunião no dia 16 de outubro. O Sr. Jaildo (Otep) propõe que essa definição seja feita de forma imediata, sendo seguido pelo Sr. Alexandre (Indústrias) que pede a verificação dos outros pontos de pauta já identificados, lembrou-se das discussões do PL 315 e da Lei 13.360, instrumentos legais que tratam da compensação financeira, além da proposta do seminário. O Sr. Jaildo (Otep) lembra que o tempo necessário para a discussão sobre a cobrança do São Francisco deve ocupar grande parte do tempo. Como o Sr. Marco (ANA) esclarece que não é possível ter a certeza sobre a emissão oficial da Nota Técnica da ANA de forma a atender os prazos regimentais. Postergando-se a decisão para o dia seguinte. O Sr. João Clímaco deu ainda informes sobre a realização do Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama, de forma concomitante ao 8º Fórum Mundial da Água, estendendo a todos o convite para a participação no evento. Ao final do segundo dia, o Sr. Gustavo (CNA) pergunta ao Sr. Giordano da ANA se ainda é possível que os irrigantes encaminhem algum entendimento do setor para a Agência, sobre a Cobrança proposta pelo CBHSF antes da emissão da Nota Técnica da ANA. O Sr. Giordano (ANA) expressa que é lícito a qualquer cidadão encaminhar qualquer documentação à Agência, mas lembrando que a ANA fornece subsídios para a tomada de decisão do CNRH, mas que esse documento não é o único a ser considerado para a tomada de decisão pelo Colegiado. O Sr. Gustavo (CNA) fala sobre a possibilidade de apresentar suas considerações na próxima reunião, deixando a ANA registrado que o CBHSF também poderia apresentar essas considerações e sugere que os membros da CTCOB tomem conhecimento também do Plano de Bacia. O Sr. Jaildo (Otep) lembra que os mecanismos de cobrança são definidos pelo CBH e que compete ao CNRH

541 deliberar sobre os valores. Não havendo mais assuntos ou informes, a Presidente encerrou a
542 reunião.

543

544 Ata aprovada durante a 99ª Reunião da CTCOB, em 02 de fevereiro de 2018.

545

546

547

548

549

LÍVIA SOALHEIRO
Presidente

LILIANA PIMENTEL
Relatora